

TRABALHO E FUTURO PARA OS ASENTADOS DO P.A MARGARIDA ALVES EM NOVA UNIÃO - RO: CONTINUIDADES E RUPTURAS PELA ÓTICA DO PROGRAMA DURAMAZ

MARCEL EMÉRIC BIZERRA DE ARAÚJO

Bolsista de Extensão no País (Nível C)

Professor do Instituto Federal de Rondônia (IFRO/Colorado do Oeste)

marcel.emeric@ifro.edu.br

GISELLY JUCHNIEVSKI DE OLIVEIRA

Agrônoma, Instituto Federal de Rondônia (IFRO/Colorado do Oeste)

gisellyjuchnievski@gmail.com

Resumo: O Estado de Rondônia é marcadamente conhecido por sua história de lutas pelo direito à terra e pelas diversas mutações ocorridas em seu território ao longo das últimas décadas do século vinte. O Assentamento Margarida Alves encontra-se no município de Nova União e, desde 1996, ano de sua criação busca por autonomia e pela cristalização de práticas sustentáveis de desenvolvimento. Entre julho e setembro de 2013 foi realizado no Assentamento um trabalho de campo do Programa DURAMAZ2 do Instituto de Estudos Avançados da América latina (IHEAL) de Paris, França, para entre outras atividades, conhecer o que se produz e como se produz dentro do assentamento buscando um entendimento sobre as perspectivas de futuro dos assentados. Através de trabalho de campo foram levantados dados que são aqui, parcialmente apresentados sobre a realidade de luta e desejo de permanência na terra.

Palavras chave: Assentamento; Margarida Alves; Mutações; Produção.

Resumen: El estado de Rondonia es muy conocido por su historia de lucha por los derechos de la tierra y por diferentes mutaciones que han ocurrido en su territorio en las últimas décadas del siglo XX. El asentamiento Margarida Alves se encuentra en la ciudad de Nueva Unión, y desde 1996, el año de su búsqueda de la creación de la autonomía y la cristalización de prácticas de desarrollo sostenible. Entre junio y septiembre de 2013 se llevó a cabo en el trabajo de campo del Instituto de solución DURAMAZ2 Programa de Estudios Avanzados de América Latina (IHEAL) conectado a la Universidad de París 3 (Sorbonne Nouvelle) en Francia, ya que entre otras actividades a sabiendas de lo que se produce y se como ocurre en la solución de la búsqueda de una comprensión de las perspectivas de futuro de los colonos. A través del trabajo de campo se recogieron los datos que están aquí, en parte, se presenta en la realidad de la lucha y el deseo de permanecer en la tierra.

Palabras clave: Asentamiento; Margarida Alves; Mutaciones; Producción.

INTRODUÇÃO

O Estado de Rondônia é conhecido por sua grande concentração de projetos de colonização implantados pelos governos militares desde a década de 1970. Estes projetos de colonização deram origem a uma grande onda de migrações em massa para a região, onde migrantes de todas as partes do país vinham para o então Território Federal de Rondônia em busca da concretização de um sonho comum: possuir a terra de trabalho. Para Coy (1988) Rondônia era a frente pioneira mais dinâmica da Amazônia, para onde camponeses expulsos de sua terra vinham constantemente. Um dos agentes facilitadores era a colonização pública, feita pelo INCRA que distribuía lotes para os recém chegados. Ao longo das décadas de 1970 e 1980 milhares de famílias oriundas principalmente do centro-sul do país e da região Nordeste ocuparam e transformaram o território rondoniense, dando a este um pouco do seu DNA e imprimindo uma diversidade cultural “*sui generis*” no local.

As terras disponibilizadas pelo INCRA através dos programas de colonização serviam segundo Coy (1988), como contribuinte para resolver-se problemas das estruturas sociais e econômicas de outras regiões, deslocando os migrantes do centro para a periferia. Os Projetos Integrados de Colonização (PIC's) implantados e executados pelo INCRA, serviram como concretização de uma política de reforma agrária desenhada pelos militares então no poder, que pretendiam de uma vez só minimizar conflitos de terra no centro-sul e nordeste e também ocupar a “última” fronteira agrícola do país (Rondônia) ocupando terras consideradas isoladas e por tanto vulneráveis, sob o lema Integrar para não Entregar. A existência de alguns fatores positivos influenciaram a rápida colonização de Rondônia na década de 1970, como a existência de estradas, como a Cuiabá-Porto Velho e principalmente a situação jurídica das terras (alta porcentagem de terras públicas) e fertilidade dos solos, sobretudo na região central do Estado, onde foi implantado o primeiro Projeto Integrado de Colonização, o PIC Ouro Preto do Oeste em 1970 (COY, 1988).

Como parte integrante da estrutura de PIC havia o NUAR (Núcleo Urbano de Apoio Rural), que de acordo com Coy (1988) eram pequenas localidades urbanas dentro do espaço rural num curto raio de ação que atendesse cerca de 1.000 famílias assentadas, onde toda a assistência do Estado estaria posta como escola primária e posto de saúde. A zona rural do antigo NUAR Nova União, pertencente ao PIC Ouro Preto do Oeste, hoje Município de Nova União é o “palco” do presente trabalho, onde remanescentes dessa onda migratória financiada pelo governo federal na década de 1970 ainda buscam o seu direito de se manter na tão sonhada terra onde os mesmos poderão se sentir realizados reproduzindo e/ou criando novas dinâmicas para permanecerem na mesma (DARDEL, 1990).

O programa DURAMAZ está em sua segunda etapa de execução e entre outros fatores busca compreender modelos de sustentabilidade em comunidades diversas da Amazônia brasileira. O recorte aqui apresentado é referente à parte do trabalho de campo realizado no Estado de Rondônia, no Assentamento Margarida Alves no município de Nova União, pela equipe do DURAMAZ (qual este autor fez parte). Apresentaremos dados referentes ao modo de vida, trabalho e produção de parte dos assentados que buscam a cada dia práticas sustentáveis de manutenção da vida no campo.

O P.A MARGARIDA ALVES

O Assentamento Margarida Alves está situado no Município de Nova União em Rondônia, que dista aproximadamente 362 Km da capital do Estado – Porto Velho. Nova União tem suas origens em um vilarejo que segundo o IBGE (2014) foi promovido a NUAR – Núcleo de Urbano de Apoio Rural em 1982, como parte integrante do programa POLNOROESTE. Este NUAR pertencente ao PIC Ouro Preto foi instalado em uma área de 40 hectares contendo serviços básicos prestados pelo Estado. Em 1997 ocorreu a emancipação política de Nova União, passando à categoria de Município sendo desmembrado de Ouro Preto do Oeste (IBGE, 2014).

Com uma de 807,126 Km² e uma população de cerca de 7.493 habitantes o Município de Nova União tem seu Produto Interno Bruto sustentado no setor terciário (comércio e serviços) e no setor primário (agropecuária) respectivamente o que representa a tendência da economia do Estado.

A área onde hoje encontra-se o Assentamento Margarida Alves (zona rural do Município de Nova União), tem como marco de sua ocupação efetiva o anos finais da década de 1960 (EMATER, 2010) quando iniciaram os incentivos do Governo Federal no esforço para a colonização da Amazônia. Com a concretização dos planos institucionais a migração começa e, inicialmente, é incentivada para a região central de Rondônia. Como é sabido, os migrantes eram oriundos majoritariamente do Centro-Sul do País, em especial de Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná. Esses migrantes, buscando a sonhada “terra de trabalho” e melhores condições de vida aqui se “assentavam” à espera da legalização do seu pedaço de chão que era distribuído pelo INCRA.

A espera para muitos foi longa, pois os Projetos Integrados de Colonização (PIC's) não estavam preparados para uma demanda tão grande de migrantes, entre eles camponeses, trabalhadores assalariados rurais e urbanos ou simplesmente pessoas buscando um começo. A década de 1980 é marcada pela implantação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, financiado pelo Banco Mundial. Os 411 milhões de dólares investidos pelo Banco Mundial (1981) para entre outras ações construir e asfaltar a Rodovia BR 364, propunha também financiar o assentamento de comunidades de pequenos agricultores embasadas na agricultura autossustentada, fato que só acelerou o fluxo migratório para a já citada região central de Rondônia. Em 1996 iniciaram-se os processos de ocupação da Fazenda FISHER ou FIRASA por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST em seu processo contínuo de luta pela reforma agrária efetiva e concreta e digna para os trabalhadores rurais que:

Querem, portanto, mudanças sociais que os reconheçam como membros integrantes da sociedade. Anunciam, em suma, que seus problemas são problemas da sociedade inteira. Que a derrota política de seus agentes de mediação, não os suprime historicamente. A falta de reforma agrária não acaba com o camponês, com o pequeno agricultor, com o trabalhador rural. Ao contrário, multiplica as responsabilidades das elites políticas porque suprime uma alternativa de integração política social e econômica de milhões de brasileiros que vivem no campo, em condições cada vez mais difíceis. (MARTINS, 1994, p. 156).

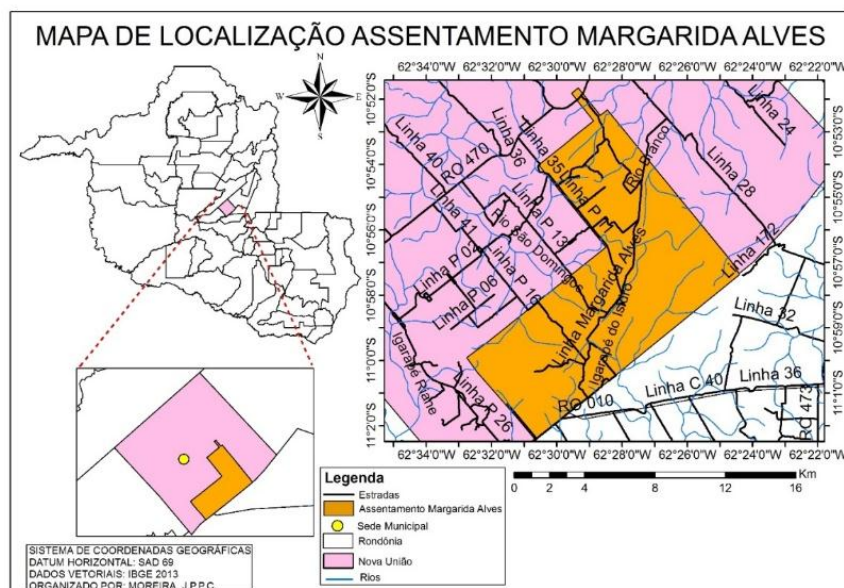
TRABALHO E FUTURO PARA OS ASENTADOS DO P.A MARGARIDA ALVES EM NOVA UNIÃO - RO: CONTINUIDADES E RUPTURAS PELA ÓTICA DO PROGRAMA DURAMAZ

Chegaram à região num total de 130 famílias, acampando inicialmente na cidade, antes de iniciarem a ocupação da fundiária¹ da Fazenda (EMATER, 2010). As ocupações e os acampamentos são as maneiras iniciais que o MST apresenta para pressionar o poder público na luta pela desapropriação das terras e criação de assentamentos:

A Reforma Agrária aparece na História, em geral, relacionada simultaneamente, às lutas, revoltas ou mesmo revoluções camponesas, e às ações de governos visando modificar a estrutura agrária de regiões ou países. No primeiro caso, a ideia central de reforma agrária está mais relacionada a ideia de revolução agrária, enquanto que no segundo, está mais relacionada a ideia de reforma propriamente dita. (OLIVEIRA, 2007, p. 67-8)

A necessidade contínua de criação de assentamentos e a pressão popular através do MST levaram em 1997 – um ano após a chegada dos camponeses ao Município de Nova União, à criação do Assentamento Margarida Alves, com uma área total de 11.892,2 hectares e capacidade de assentar 258 famílias, em terras adquiridas após a desapropriação mediante compra e venda das Fazendas FIRASA e ANINGA (EMATER, 2010). Segundo o INCRA em 2011, o mesmo já possuía 254 famílias assentadas e encontrava-se em fase de consolidação (INCRA, 2011). Atualmente o Assentamento Margarida Alves (figura 1) mantém-se com as mesmas 258 famílias contadas pelo INCRA em 2011, distribuídas em sete glebas onde realizamos a pesquisa através do Programa DURAMAZ em sua segunda etapa.

Figura 1: Localização do Assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia.



Fonte: organizado por MOREIRA, J.P.P.C, 2013

¹O termo é popularmente conhecido na região e faz menção à parte final de uma propriedade, ao “fundo de área”. No processo de formação de palavras é fruto de uma aglutinação da própria expressão “fundo de área”, tornando-se popularmente “fundiária”.

O PROGRAMA DURAMAZ

O DURAMAZ é um programa que surge em 2007, coordenado pelo CREDA – Centre de Recherche et de Documentation sur les Amériques (Centro de Pesquisa e Documentação sobre as Américas) que é um laboratório do IHEAL – Institut des Hautes Études de L'Amériques Latine (Instituto de Estudos Avançados da América Latina) sob a tutela da Universidade Paris 3 (Sorbonne Nouvelle) e do CNRS – Centre National de La Recherche Scientifique (Centro Nacional de Pesquisa Científica). Teve sua primeira fase terminada em 2010. Em português, DURAMAZ quer dizer Determinantes do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira. Um dos objetivos principais deste programa é gerar um sistema de indicadores de sustentabilidade para gerar nova iniciativas de inovação teórica sobre o tema.

Na primeira etapa foram realizados 13 trabalhos de campo em diversas cidades da Amazônia brasileira, incluindo a cidade de Nova União em Rondônia, para a realização de pesquisa e levantamento de dados referentes a impactos geográficos, demográficos e socioeconômicos objetivando verificar similitudes e diferenças entre as áreas pesquisadas. Em 2011 foram apresentados os resultados alcançados pelo programa em sua primeira etapa, na forma de artigos, relatórios e livros, publicados na França e em revistas brasileiras. A segunda etapa do DURAMAZ teve início em julho de 2013, sendo um dos primeiros trabalhos de campo realizados em Rondônia no Assentamento Margarida Alves em Nova União.

A segunda etapa chamada de DURAMAZ2, foi concluída ao final de 2015 quando todos os trabalhos de campo foram concluídos e os dados levantados foram tabulados dando início à confecção de relatórios, artigos e livros a serem difundidos em nível mundial e principalmente nas comunidades onde as pesquisas foram feitas. Entre os dias 15 de julho e 04 de setembro de 2013, uma das equipes do DURAMAZ se instalou no Assentamento para vivenciar experiências, relatar histórias da luta pela terra dos assentados e aprender sobre o modo de produzir e se manter dos mesmos na busca pela consolidação do Assentamento.

O TRABALHO DE CAMPO

Descortinar realidades de vida e de trabalho em comunidades não convencionais requer muito mais que uma revisão bibliográfica de textos de autores renomados da área em questão. Acoplado à pesquisa, o trabalho de campo é essencial para o melhor entendimento da realidade. Conversas com pessoas, convivência diária, participação nas atividades locais e interações socioculturais são peças-chave de uma boa pesquisa. A prática e efetivação do conhecimento estão diretamente relacionadas ao contato do teórico com o prático de forma a exercitarmos o sentimento de transformação social entendendo que esse:

[...] exercício tem sentido e é necessário quando se submete o conhecimento a uma crítica fecunda. E só a história tem condições de fecundá-lo. Só o compromisso com a transformação da realidade pode revolucionar o conhecimento. (MARTINS, 1993, apud DE MARCOS, 2006, p. 105).

Para De Marcos (2006) a forma como se realiza a pesquisa de campo está intimamente ligada ao compromisso do pesquisador com a comunidade estudada e à sua

postura durante a aproximação com a mesma. O presente trabalho é fruto de uma pesquisa que como já foi citado, se deu no Assentamento Margarida Alves.

O trabalho de campo durou em sua totalidade 47 dias e entre os resultados do mesmo, apresentamos este recorte sobre a dinâmica produtiva e as perspectivas de futuro dos Assentados do Margarida Alves. Através deste trabalho objetivamos conhecer um pouco da realidade local, suas histórias de luta pela terra, suas crenças seus conflitos e principalmente a maneira como os assentados realizam seus trabalhos para a manutenção de suas vidas e consolidação/emancipação local.

Durante o período supracitado houveram conversas, entrevistas e aplicação de questionários (pesquisa DURAMAZ2), ouvindo os moradores em seus anseios e angústias, e entre cafezinhos e pães caseiros com manteiga feita do leite tirado das vacas do próprio pasto experimentamos um pouco do que é viver em um assentamento produtivo e relativamente autônomo, mas que também apresenta rupturas e continuidades no modo de produção, porém sem nunca abandonar as práticas tradicionais de produzir, buscando uma vida saudável e sustentável para os que ali vivem.

MODIFICANDO A PRODUÇÃO E O CONSUMO

Como é de conhecimento daqueles que pesquisam sobre o tema, cerca de 80% dos alimentos que chegam à nossa mesa vem da produção familiar em pequenas propriedades, além de ser a que ocupa mais mão de obra (MDA, 2006). Os Assentados do Margarida Alves contam que quando iniciaram seu processo de ocupação da terra e a posterior posse da mesma, produziam apenas o necessário para a manutenção de suas famílias e para realizarem trocas simples de excedente com os demais Assentados. Como passar dos anos, as famílias, na busca pela autonomia e consolidação do assentamento pegaram firme na produção de gêneros alimentícios diversos.

O café era o produto mais lucrativo na região desde as décadas de 1970 e 1980, quando da implantação do PIC Ouro Preto do Oeste, onde os órgãos governamentais incentivavam o cultivo do grão como principal atividade agrícola local. Porém, há algumas décadas o café deixou de ser para o pequeno produtor uma atividade lucrativa, pois demanda muita mão de obra e segundo produtores dentro e fora do Assentamento o preço é muito baixo devido à ação dos atravessadores e poder dos grandes produtores que dispõem de mais tecnologia e dinheiro.

E o leite? Onde entra nesta história? Os Assentados Margarida Alves estão gradativamente modificando os gêneros produzidos no Assentamento. Dentre as 75 famílias com quem conversamos (eu e os demais integrantes da equipe DURAMAZ2) apenas de 3 a 4 ainda produzem café, sempre em pequena quantidade, seja para o consumo próprio ou para a venda na cidade. A produção de feijão, arroz e milho também desaparece lentamente. O feijão consumido no assentamento na ocasião da pesquisa (figura 2) havia sido plantado em outro município (Monte Negro) a cerca de 214 km de Nova União. O mesmo havia sido plantado através de um esforço coletivo entre Assentados que arrendaram uma terra no município de Monte Negro para a realização do plantio.

Figura 2: Feijão produzido pelos assentados fora do Assentamento Margarida Alves.



Fonte: ARAÚJO, M.E.B, 2013.

O fato dos assentados estarem buscando novos lugares para realizarem tarefas que teoricamente poderiam ser concretizadas na área do assentamento, como o plantio de feijão nos apresenta um pouco desse novo modo de ver o produzido que está sendo impressa no Assentamento Margarida Alves. Segundo o senhor “Jatobá”, morador do assentamento e liderança local, *“plantar feijão, milho e arroz no assentamento não dá, a terra ta cansada e a chuva ta pouca, assim é melhor comprar no mercado.”*

A substituição da produção de determinados gêneros agrícolas é algo comum dentro Assentamento. Compra-se de quase tudo mercado, desde arroz, feijão e algumas verduras à massas e produtos industrializados dos mais diversos e tudo isso devido há um ingrediente econômico acrescentado à vida do assentado: a “renda do leite”.

“O LEITE NOSSO DE CADA DIA”

Segundo o IBGE, o Estado de Rondônia produz cerca de 2,2 milhões de litros de leite por dia, assumindo a posição de maior produtor de leite da região norte e 9º do País. Os três municípios rondonienses que mais produzem leite encontram-se na região central do Estado, sendo o Município de Jarú o primeiro em produção, seguido por Ouro Preto do Oeste e Jí-Paraná. A presença significativa de laticínios na região incentiva o aumento da produção local, e no Assentamento Margarida Alves não é diferente por se encontrar na mesma região central.

A cooperativa do Assentamento incentiva os moradores a produzirem leite, que por enquanto ainda é vendido para os grandes laticínios locais. Essas empresas fornecem na maioria das vezes os tanques resfriadores de leite (figura 3) e o caminhão para fazer a retirada do mesmo, duas vezes ao dia. O leite coletado em todas as 7 glebas do assentamento é repassado aos laticínios por um valor médio de R\$ 0,70 (sessenta centavos de real) e a produção de cada morador varia de acordo com a quantidade de cabeças de gado que possuem e também de acordo com o período do ano, sendo que no período de seca (maio a setembro) a produção diminui consideravelmente.

Figura 3: Tanque resfriador de leite na gleba seis do Margarida Alves.



Fonte: ARAÚJO, M. E. B, 2013.

Os resfriadores são conseguidos através da cooperativa e da intervenção de políticos locais. A valorização da produção leiteira está levando os assentados a uma nova dinâmica territorial, econômica e de trabalho. O empenho em aumentar seu rebanho leiteiro leva o assentado a deixar de produzir gêneros agrícolas que antes faziam parte do seu cotidiano, levando os mesmos a comprar grande parte dos seus alimentos em mercados na zona urbana da cidade. A lógica dita convencional do pequeno produtor passa a ser vista de forma invertida dentro do assentamento, onde famílias já se organizam para acumular terra e criar mais gado, visando o aumento da renda do leite. Martins nos traz luz sobre renovação no modo de vida camponês dizendo que:

Quando o trabalhador realiza o ideal burguês de transformar-se em proprietário independente, nas condições indicadas, desloca-se para uma posição social em que o desempenho da condição de camponês pressupõe a um só tempo, e contraditoriamente, a realização das concepções burguesas relativas à condição de proprietário da renda capitalizada, isto é, de capital, e a absorção dos resultados extremos do desenvolvimento desigual. (MARTINS, 1973 apud WANDERLEY, 2009, p. 89).

A renda do leite é responsável pela gradual melhoria na qualidade de vida dos assentados quanto à aquisição de novos itens domésticos como computadores, geladeiras “duplex”, carros “do ano”, tv’s tela plana em LCD, “smartphones” e outras novíssimas tecnologias. Essa inovação no modo de vida do Assentado alterado pela modificação do seu trabalho nos remete a uma discussão existente no âmbito da Geografia Agrária, se estaria gradativamente o camponês se extinguindo? Ou se

transformando em outra classe social? Poderia estar tornando autônomo no modo de produzir? José de Souza Martins nos explica que:

Essa absorção se realiza essencialmente através do trabalho familiar autônomo, a partir do qual os componentes da atividade econômica agrária – renda territorial, capital trabalho – não se tornam independentes uns em face dos outros. O camponês não desaparece para dar às classes sociais que poderiam daí derivar (proprietários, burgueses e proletários) e, conseqüentemente, o capital não se liberta dos outros componentes para se reproduzir autonomamente [...] (MARTINS, 1973 apud WANDERLEY, 2009, p. 89).

Essa questão fortifica o interesse da maioria dos camponeses pequenos produtores, em manter seu capital aumentando mesmo indo de encontro às ideologias do movimento social que ali os colocou. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi responsável pela luta para efetivação do Margarida Alves e em conversa com algumas lideranças do próprio Assentamento essa prática de acumulação de terra e capital é algo indesejado pelo movimento, pois segundo um dos mesmos *“traz a desigualdade pra dentro do assentamento, já que nem todo mundo tem dinheiro pra comprar terra e gado. A terra aqui num é pra ter valor em dinheiro, mas muita gente que não viveu debaixo da lona vende parte da terra ou troca por moto e carro porque num sabe o valor de verdade que ela tem”*.

A fala do entrevistado nos apresenta outra realidade nos Assentamentos que é a venda da terra recebida. Muitas pessoas já venderam parte dos seus lotes para familiares ou pessoas da cidade, além de arrendarem as mesmas também para atividades rurais diversas. A renda obtida por essas atividades reduz o tempo de trabalho da maioria dos assentados, que tendo menos terra tem de se ocupar menos também, podendo se empenhar em outras atividades que antes não tinham tempo para realizar, como estudar, participar de cursos de formação oferecidos pelo MST, trabalhar no serviço público e até ocuparem cargos políticos no município (há um assentado que é vereador em Nova União).

OS JOVENS ASSENTADOS: EDUCAÇÃO E TRABALHO

Os jovens assentados já apresentam uma tendência de redução nas suas ocupações laborais, onde as tarefas ficam mais restritas a recolher o leite e “apartar os bezerros” e nas poucas famílias que ainda possuem algum plantio, ajudar os pais no início e no fim do mesmo. Tendo em vista o histórico dos pais, muitos deles oriundos da zona rural em outras partes do país e muitos sem nenhuma formação escolar ou acadêmica, projetam nos filhos a vontade de vê-los *“com estudo. A gente tudo aqui num tem estudo, mas quer que os filho estude e possa trabalhar aqui com a gente ajudando mais”* diz um assentado entrevistado, quando questionado sobre a importância do estudo para os filhos.

No assentamento Margarida Alves há uma escola que oferece todas as séries do ensino fundamental (6º ao nono ano), que é a Escola Polo Antônio Carlos (figura 4) localizada na gleba 5, onde a os filhos dos assentados em idade de frequentar o ensino fundamental estudam (crianças e adolescentes). Grande parte dos jovens com quem

conversamos no Assentamento está procurando concluir o ensino médio. A maioria dos que estão cursando as séries do ensino médio, se dividem entre as escolas da zona urbana de Nova União e a EFA (Escola Família Agrícola) que oferece formação técnica em agropecuária em regime de semi-internato no Município de Jí-Paraná, próximo à Nova União.

Figura 4: Escola Polo Antônio Carlos – Gleba 5 do Margarida Alves.



Fonte: ARAÚJO, M. E. B, 2013.

No Assentamento encontramos três jovens cursando o ensino superior. São acadêmicos do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental no Instituto Federal de Rondônia no Campus Colorado do Oeste, que fica a 462 km de Nova União. Há também o grupo dos jovens que concluiu o ensino médio e não tem perspectiva de cursar uma faculdade por falta de interesse e/ou de opção também.

Vê-se que, cursar uma faculdade ainda é um sonho distante para os jovens assentados que veem nas dificuldades financeiras a grande barreira para a realização de tal sonho. A proporção de jovens que trabalham fora do assentamento ainda é pequena e mesmo sem muito trabalho a ser feito no seu lote eles preferem não ir buscar emprego na cidade, o que vemos é o que podemos chamar de terceirização do trabalho no campo. A mão de obra é muito valorizada para atividades consideradas pesadas no assentamento como fazer cerca, transportar animais, consertar pontes e estradas, produção de rapadura entre outras, então os jovens, principalmente homens preferem oferecer sua força de trabalho dentro do próprio assentamento.

Mesmo com tantas modificações, o trabalho ainda não perdeu o caráter familiar no Assentamento. Wanderley (1999) ao analisar os recursos a terra, o trabalho e o capital descritos por Chayanov (1974) nos apresenta características que Rönhelt e Salamoni (2009) dão como contribuição explicativa para o citado caso:

O acesso à terra e aos meios de produção esboça a questão da autonomia de trabalhar no que é seu, com as suas próprias técnicas e meios de produção, os quais lhe outorgam uma autonomia no processo produtivo. O trabalho eminentemente familiar [...] se caracteriza por

ser essencialmente familiar, pois esse representa um caráter subjetivo expresso pelo campesinato. (RÖNHELT E SALAMONI, 2009, p. 4).

Tendo por base tal argumento, vemos que tudo o que foi citado até então, sobre as alterações na dinâmica do assentamento Margarida Alves está expresso na necessidade de buscar a tão sonhada autonomia e auto-sustentação que só podem vir através dessa evolução “outorgada pelo processo produtivo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Wanderley (1988) diz que o sonho do camponês é “trabalhar para si, com os seus, no que lhe pertence” e nos presenteia com algo definitivo em relação aos propósitos dos assentados, que nada mais é do que manter suas individualidades e características próprias do modo de produzir, sempre em busca de sua autonomia e auto-sustentação. Porém os avanços tecnológicos, somados a novos aspectos culturais (re)surgentes e os desenrolares da economia agrária dominada pelo grande capital agroindustrial, nem sempre permitem a esse povo manter o tão sonhado desejo de viver e trabalhar em sua terra com a dignidade que lhes é característica. O relato aqui apresentado traz um recorte da realidade de muitos assentamentos Brasil á fora, onde “resistir e produzir” tornam-se bandeiras já “puídas” e desbotadas, sem força e autonomia, mas que se manterão tremulando enquanto os ventos do idealismo e da utopia soprarem por estas terras de Rondon.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados – cidades.** Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110143&search=rondonia|nova-uniao>> Acesso em: 17 fev.2014.
- _____. MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o CENSO agropecuário 2006.** Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf> Acesso em 17 fev. 2014.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- COY, Martín. **DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PERIFERIA AMAZÔNICA - Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “ponteira”: O caso de Rondônia.** In: AUBERIN, Catherine. **Fronteiras.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.
- DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra – natureza da realidade geográfica.** Tradutor: Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DE MARCOS, Valéria. Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia – trabalho de campo.** São Paulo: n. 84, p. 105 – 136 jul. 2006.

DOS SANTOS, Rildo Ferreira. **Pesquisa participante: o que é como se faz?** Disponível em: < <http://baixadacarioca.wordpress.com/2012/03/19/pesquisa-participante-o-que-e-como-se-faz/>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo. Hucitec, 1993.

Produtores da região central do Estado recebem menos do que no sul: **Bacia Leiteira**. Disponível em: <<http://www.ouropretodoeste.com/2013/noticias-det.php?cod=286>>. Acesso em 12 fev. 2014.

RÖNHELT, Priscila B. Cardoso; SALAMONI, Giancarla. A organização sócio-espacial da agricultura familiar: as estratégias de reprodução no 4º distrito do município de Canguçu –RS. **Geografia: Ensino & Pesquisa**. Santa Maria, v. 13 n. 2, p. 72-85, 2009.

SANTOS, Rildo Ferreira dos. **Pesquisa participante: o que é, como se faz?** Disponível em: < <http://baixadacarioca.wordpress.com/2012/03/19/pesquisa-participante-o-que-e-como-se-faz/>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

SILVA, André de Almeida. **Avaliação socioambiental de sistema silvipastoril em propriedade familiar no município de Nova União em Rondônia**. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfqxIAJ/avaliacao-socioambiental-sistema-silvipastoril-propriedade-familiaire-no-municipio-nova-uniao-rondonia>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

WANDERLEY, Maria N. Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida – Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Universitária, 1999. p. 21-55.

_____. **Trajatória Social e Projeto de Autonomia: os produtores de algodão da região de Campinas**. São Paulo. Campinas: UNICAMP, 1988.